

Governo propõe 84 euros de suplemento para orientadores

Valor sobe para 89 euros se professores cooperantes acompanharem máximo de quatro estudantes. Sindicatos dizem que é “insuficiente”

Alexandra Inácio
alexandra.inacio@jn.pt

NEGOCIAÇÕES O Governo vai criar um suplemento remuneratório para os professores cooperantes, que vão acompanhar os docentes estagiários nas escolas básicas e secundárias. A proposta apresentada ontem aos sindicatos é de 84 euros mensais por dois estudantes. Se forem quatro (máximo previsto) é de 89 euros. Para os sindicatos “é insuficiente” e pode colocar em risco a formação de novos docentes que as instituições de ensino superior têm de aumentar.

“Isto é brincar com os professores: 22,31 euros por estudantes. Apesar de a questão principal não ser se é 30 ou 50 euros por aluno, mas sim, as condições para uma orientação de qualidade. É preciso tempo. E, nestas condições, muito dificilmente haverá quem esteja disponível para ser orientador cooperante”, defendeu à saída da reunião o secretário-geral da Fenprof, Mário Nogueira.

No diploma aprovado pelo anterior Executivo, suspenso pelo atual, os orientadores têm uma redução no horário letivo. A proposta do atual Governo mantém essa possibilidade (máximo de quatro horas de redução), mas os docentes só podem fazer essa escolha quando “não exista inconveniência para o serviço”.

“Ninguém vai aceitar por este valor. Tememos que as instituições de ensino superior queiram protocolar estágios com



CARLOS CAMINHERO

Sindicatos alertam que docentes vão recusar condições

escolas e tenham zero candidatos”, alerta Paulo Fernandes. O problema, insiste o secretário-geral adjunto da FNE, é que o Governo propõe uma mudança de modelo: em vez de professores estagiários, são estudantes estagiários. A Fenprof, afirmou Mário Nogueira, “está completamente contra” este modelo.

O diploma do anterior Executivo, suspenso pelo atual, previa que os professores estagiários tivessem turmas atribuídas, um horário de 12 horas letivas, salário corresponde ao primeiro escalão da carreira e o tempo de serviço contado.

A atual proposta substitui o salário por bolsas, o tempo não é contado para a carreira, nem são feitos descontos para a Segurança Social. Os estudantes estagiários terão um mínimo de oito horas em “prá-

PROPOSTAS

Calendário

A segunda reunião sobre o despacho para os professores cooperantes e revisão do regime de concursos foi agendada para dia 13. A ronda sobre o estatuto da carreira docente foi adiada para dia 17.

Bolsas nos estágios

O Governo recusou o regresso dos estágios remunerados e prefere atribuir uma bolsa aos candidatos a docente. Valores ainda serão decididos por despacho. O tempo de serviço não conta.

Recusas sem processo

Os docentes de quadro que recusarem a colocação deixam de ser alvo de processos disciplinares, mas terão de concorrer a quatro quadros de zona pedagógica (regiões).

tica supervisionado” que pode incluir atividade autónomas com turma ou acompanhar as aulas dos orientadores.

“Os professores cooperantes não podem ter horários completos”, insiste Nogueira.

Júlia Azevedo, presidente do SIPE, defende que as duas medidas (suplemento e redução de horário) devam ser cumulativas. Os valores do suplemento, alerta, “ainda serão sujeitos a impostos”.

“Num momento em que temos de captar mais candidatos e que as universidades precisam de abrir mais vagas, temos uma grande preocupação com a falta de atratividade desta proposta para os orientadores que são peça-chave no processo”, alerta Júlia Azevedo.

Os três sindicatos admitem pedir uma reunião suplementar. ●